



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RENATA ARRUDA DE CARVALHO

**O PAPEL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO DESENVOLVIMENTO DA
CIDADE DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX: limites e possibilidades**

CARUARU

2022

RENATA ARRUDA DE CARVALHO

**O PAPEL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO DESENVOLVIMENTO DA
CIDADE DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX: limites e possibilidades**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia Agrícola.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa.

CARUARU

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do
SIB/UFPE

CARVALHO, Renata Arruda de .

O papel das cooperativas agrícolas no desenvolvimento da
cidade de Camocim de São Félix: limites e possibilidades / Renata
Arruda de Carvalho. - Caruaru, 22.

30 : il.

Orientador(a): Márcio Miceli Maciel de Sousa
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do
Agreste, Ciências Econômicas, 22.

1. Cooperativas. 2. Agricultura familiar. 3.
Desenvolvimento. I. Sousa, Márcio Miceli Maciel de .
(Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

RENATA ARRUDA DE CARVALHO

**O PAPEL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO DESENVOLVIMENTO DA
CIDADE DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico do
Agreste, como requisito para a obtenção
do título de bacharel em Ciências
Econômicas.

Aprovado em: 25 de Maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa
(Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa Msc Ana Paula Sobreira Bezerra
(Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior
(Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a Deus e aos meus mentores espirituais, pois sem eles nada disso seria possível. Sou grata ao meu orientador Professor Márcio Miceli, que me influenciou na minha trajetória. Aos meus pais Sebastião Carvalho e Risoneide Carvalho, dos quais extrai enorme força, que fora a mola propulsora que permitiu o meu avanço, mesmo durante os momentos mais difíceis. As minhas irmãs Rafaela e Rayane, pelo o apoio incondicional, e ao meu sobrinho Arthur Francisco, que é um dos combustíveis da minha vida. Dedico esta pesquisa à minha noiva Andreza Oliveira, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, e, que cuja presença foi essencial para a conclusão deste trabalho, muito obrigada meu amor.

"Falar de agricultura no Brasil é
falar de sua própria origem"

Andreza Oliveira, 2022.

RESUMO

As cooperativas apresentam-se com considerável relevância para um município, uma vez que são entidades que desempenham papel importante para o desenvolvimento econômico e social. Neste contexto o presente estudo recorre à literatura recente para analisar potencialidades e limites das cooperativas agrícolas no que se refere ao seu papel no desenvolvimento econômico e social da cidade de Camocim de São Félix no Agreste Pernambucano. A metodologia vivenciada no estudo, será caracterizada como descritiva e qualitativa. Sendo realizada por meio de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias. Dessa forma, caminhando pela hipótese de que a partir de uma atuação comprometida e efetiva das cooperativas, bem como o incentivo público, por meio de programas e demais possíveis políticas, pode gerar melhoria na qualidade de vida das famílias dos agricultores familiares e dessa forma, acarretar progressos para o município e para a população local.

Palavras-chave: Cooperativas; agricultura familiar; desenvolvimento.

ABSTRACT

Cooperatives have considerable relevance for a municipality, since they are entities that play an important role in economic and social development. In this context, the present study uses recent literature to analyze the potential and limits of agricultural cooperatives in terms of their role in the economic and social development of the city of Camocim de São Félix in the Agreste region of Pernambuco. The methodology experienced in the study will be characterized as descriptive and qualitative. Being carried out through bibliographic research in secondary sources. In this way, walking by the hypothesis that from a committed and effective action of the cooperatives, as well as the public incentive, through programs and other possible policies, it can generate an improvement in the quality of life of the families of the family farmers and in this way, bring progress to the municipality and the local population..

Keywords: Cooperatives; family farming; development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Localização do município de Camocim de São Félix – PE.....	19
FIGURA 2: COOPEAFA: Cooperativa de Desenvolvimento Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar.....	20
FIGURA 3: Projeto Muda Camocim - COOPEAFA: Cooperativa de Desenvolvimento Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar.....	22

LISTA DE ABREVIACES

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
COOPEAFA	Cooperativa de Desenvolvimento Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educao
IPA	Instituto Agronômico de Pernambuco
PAA	Programa de Aquisio de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentao Escolar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS	13
2.1	OBJETIVOS GERAL	13
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1	COOPERATIVAS	14
3.1.1	<i>O Cooperativismo Agropecuário</i>	15
3.2	AGRICULTURA FAMILIAR	17
3.3	POLÍTICAS PÚBLICAS	18
3.4	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE .	18
4	O MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	20
5	COOPERATIVAS AGRÍCOLAS: LIMITES E POSSIBILIDADES ...	22
6	CONCLUSÃO	26
	REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a agricultura no Brasil no âmbito econômico, figura-se de forma basilar. Podendo ser vislumbrada em toda trajetória da construção de nosso país, passando das monoculturas até as mais diversas formas de produção atuais. E, no que tange a região Nordeste, o destaque da agricultura é expressivo para a economia, onde a maior parte da mão de obra está vinculada à agricultura familiar.¹

Partindo desse pressuposto, e tendo em vista que o setor agrícola regional na maioria das cidades do agreste pernambucano baseia-se na agricultura familiar, os agricultores familiares são de extrema relevância para a economia dos municípios e para a melhoria das condições de vida da população, demonstrando claramente a necessidade de incentivo dos órgãos públicos, bem como das entidades ligadas ao incentivo à produção agrícola, como as cooperativas.

As cooperativas surgiram em 1844 na Inglaterra, tornando-se uma efetiva maneira de associar-se, com propostas e ações visando galgar objetivos comuns, indistintamente e colaborativo, o cooperativismo contribui desde sua origem, no combate à desigualdade.²

Nesse sentido, podemos afirmar que:

O setor cooperativo é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade na qual se desenvolve. Por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, é importante para o desenvolvimento local, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais, que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda. (GONÇALVES, JACQUES, 2016, p. 493)

Nesse sentido, este trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo as cooperativas agrícolas e a relevância de sua efetividade para o desenvolvimento econômico do município, tendo sua aplicação demonstrada sob o título: O Papel das

¹ CASTRO, C. N. A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Texto para Discussão, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5592/1/BRU_n08_agricultura.pdf> Acesso em: 10 jul. 2021.

² História do Cooperativismo, Sistema OCB. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

Cooperativas Agrícolas no Desenvolvimento da Cidade de Camocim de São Félix: Limites e Possibilidades.

A problematização do estudo consiste em analisar a seguinte questão: Quais os limites e possibilidades das ações e impactos socioeconômicos das cooperativas voltadas ao incentivo da agricultura familiar no município de Camocim de São Félix. Trabalhando por sua vez, a hipótese que a partir de uma atuação comprometida e efetiva das cooperativas, bem como o incentivo público pode gerar melhoria na qualidade de vida das famílias dos agricultores familiares e dessa forma, acarretar progressos para o município e para a população local.

Destarte, o presente estudo justifica-se na necessidade de trazer à luz o valor do incentivo por parte das cooperativas à agricultura familiar, sobretudo em um município de base agrícola como Camocim de São Félix, que tem na agricultura extrema representatividade, bem como a relevância do apoio dos órgãos públicos.

O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar as cooperativas agrícolas no que se refere ao seu papel no desenvolvimento econômico da cidade de Camocim de São Félix no Agreste Pernambucano.

Quanto aos objetivos específicos, buscar-se-á: Identificar às cooperativas agrícolas no município de Camocim de São Félix; Analisar o papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar; Analisar o papel do exercício das cooperativas agrícolas no desenvolvimento econômico e social na cidade; Realizar diagnóstico da agricultura familiar no município de Camocim de São Félix; Descrever o PNAE e demais programas ligados à agricultura familiar no município de Camocim de São Félix como representação de políticas públicas.

A metodologia vivenciada no estudo, será caracterizada como descritiva e qualitativa. Sendo realizada por meio de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias, bem como estudos de caso e coleta de dados.

Quanto a coleta de dados, os instrumentos utilizados para a coleta de dados será a pesquisa bibliográfica, uma vez que o cenário pandêmico inviabilizou o processo de coleta de dados através de pesquisas junto às cooperativas, que por sua vez, limitou a capacidade da efetividade de fontes primárias.

O corte epistemológico em questão, busca trazer novas perspectivas e agregar interesses as temáticas envolvidas, no que permeia a busca por respostas às problemáticas propostas e seus desdobramentos possíveis.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVOS GERAL

O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar as cooperativas agrícolas no que se refere ao seu papel no desenvolvimento econômico da cidade de Camocim de São Félix no Agreste Pernambucano.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Quanto aos objetivos específicos, buscar-se-á: Identificar às cooperativas agrícolas no município de Camocim de São Félix; Analisar o papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar; Analisar o papel do exercício das cooperativas agrícolas no desenvolvimento da cidade; Descrever o PNAE e demais programas ligados à agricultura familiar no município de Camocim de São Félix como representação de políticas públicas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 COOPERATIVAS

As cooperativas são entidades que desempenham papel relevante para o desenvolvimento econômico e social, principalmente das pequenas propriedades rurais, onde juntas reúnem forças para ganhar destaque e espaço no mercado competitivo.³

Segundo conceituação mundial, o sistema cooperativista possui sete princípios que norteiam sua estrutura:

1 - Adesão voluntária e livre - Cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, condição social, raça, política e religião.

2 - Gestão democrática - As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau ou singulares, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de outros graus (Centrais, Federações e Confederações) também são organizadas de maneira democrática.

3 - Participação econômica dos membros - Os membros contribuem equitativamente para o capital da sua cooperativa e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. O capital recebe uma compensação limitada. As sobras (diferença entre receitas e despesas) são destinadas parte para reservas, benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa e outras destinações aprovadas em Assembleia Geral.

4 - Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5 - Educação, formação e informação - As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6 - Intcooperação - As cooperativas servem aos seus membros de forma mais eficaz e fortalecem movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

³ MORAES, Jorge Luiz Amaral e SCHWAB, Me. Patricia Ines. (2019). O Papel do Cooperativismo no Fortalecimento da Agricultura Familiar, Revista do CEPE. Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/download/13679/8264>>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

7 - Interesse pela comunidade - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.
(fonte: OCB).

Segundo (ANDRADE; ALVES, 2013), as cooperativas configuram-se como ferramenta provedora resolutive e colaborativa, entre autores com finalidades e necessidades em comum. Colocando ainda, as cooperativas como impulsionadoras socioeconômicas, gerando oportunidades de trabalho, influenciando as atividades de financiamento, produção e comercialização dos seus cooperados. E que, de forma organizada, os envolvidos nesse vínculo de cooperação, ao passo que seguem seu propósito comum, evidenciam a geração de emprego, distribuição de renda e o desenvolvimento local.

Destarte, segundo (ROSA; SILVA, 2010), uma cooperativa vislumbrando efetividade , tem em sua missão a promoção de atividades vinculadas às questões sociais, ou seja, atividades com função social. Dessa forma, se consolidado através de impacto positivo na vida, não só dos cooperados, mas também dos seus familiares, agregando a seu meio de forma efetiva.

3.1.1 O Cooperativismo Agropecuário

Segundo Crúzio (2005, p.14 apud MORAES, Jorge Luiz Amaral e SCHWAB, Me. Patricia Ines, 2019, p. 69) Cooperativas agropecuárias ou agroindustriais “são formadas por produtores que atuam no campo, objetivando a comercialização da produção de seus associados, o beneficiamento e a revenda diretamente ao mercado consumidor”.

Ainda nesse sentido, segundo Dome (2020):

As cooperativas agropecuárias são organizações que têm por função principal ser uma espécie de extensão aos produtores rurais. Elas funcionam em forma de sociedade e têm por objetivo aumentar o faturamento para todos os que participam dela. Dessa forma, cada um divide os lucros e responsabilidades que recaem sobre a cooperativa, sempre com um mesmo objetivo em comum.
(DOME, 2020)

Destarte, quando falamos de Cooperativas Agropecuárias, temos na figura do produtor rural seu ator principal, que se unem em busca de benefícios comuns, obtendo apoio na produção, armazenamento, transporte das mercadorias, bem como

na comercialização desses produtos.⁴

De acordo com um estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA,2021):

“O estudo também analisou indicadores socioeconômicos para aferir a eficiência produtiva dos pequenos produtores em diferentes regiões. De acordo com os dados, fatores como nível de escolaridade e renda impactam na eficiência produtiva da agricultura familiar. O Nordeste concentrou 60% da extrema pobreza do setor agropecuário e, assim, a baixa presença do cooperativismo nessa região é apontado como fator prejudicial ao desempenho produtivo da agricultura de menor porte. Em termos regionais, os indicadores de renda também foram piores no Nordeste e melhores no Sul, o que reforçando a importância do cooperativismo para a eficiência técnica produtiva.”

Ainda acerca da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no ano de 2021, podemos vislumbrar que a mesma buscou aferir a necessidade de ampliação da acessibilidade de políticas públicas ligadas ao cooperativismo, de incentivo à agricultura familiar. Onde, um dos pesquisadores defendem o estudo dizendo que: “É fundamental promover políticas que estimulem o cooperativismo na agricultura familiar. Com o intuito de minimizar as imperfeições de mercado, organizações coletivas dos produtores melhoram a eficiência técnica produtiva”.⁵

Tratando dos impactos resultantes da adesão e participação dos pequenos agricultores à cooperativas, estudos demonstram que o impacto se dá tanto em relação a capacidade produtiva, quanto a eficiência na gestão de recursos de oferta limitada. Uma vez, que por intermédio das cooperativas, a aquisição de investimentos torna-se possível, por estas irão muitas vezes dar suporte necessário para a habilitação destes agricultores às condições de aquisição de incentivos.⁶

⁴ DOME Expertise Tributária. (2020). Cooperativas de produção agropecuária, você está atento às particularidades e benefícios desse negócio?, 29 de julho 2020. Disponível em: <<https://vempradome.com.br/blog/sistema-cooperativista-agropecuario/>>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

⁵ RAMOS, Érica Basílio Tavares e FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vireira -COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE MENOR PORTE NO BRASIL Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/210923_td_2693.pdf. Acesso em 27 de dezembro de 2021.

⁶ SOUSA FILHO, H. M. de; BONFIM, R. M. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos.In: CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013. p.71-100. Disponível em:

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Largamente tratada como pequena produção até pouco tempo, o conceito como conhecemos atualmente, segundo Denardi (2001), é coevo e foi tratado como Agricultura Familiar, basicamente na última década. Visto que, trata-se de um conceito amplo e deveras debatido. Ainda, segundo Tinoco (2005), sua classificação baseia-se no emprego da mão-de-obra, na extensão da propriedade, no direcionamento e na renda advinda da produção agrícola.

Destacado por Bittencourt e Bianchini (1996) apud Tinoco (2005), na agricultura familiar, o agricultor é tratado como aquele que tem na agricultura sua basilar fonte de renda e que a base da força de trabalho utilizada na propriedade rural seja realizada por membros da família. Não excluindo a possibilidade da atividade de terceiros, em face de necessidade.

Segundo Lamarche (1993) a agricultura familiar, tem arraigada a sua trajetória à resistência aos desafios impostos pela sociedade. Partindo desse pressuposto, Wanderley (2001) salienta que a sobrevivência da agricultura familiar no mundo moderno, mundo este carregado de mudanças significativas que afetaram sua dinâmica, não acarretou um impacto substancial no que se refere ao modelo de agricultura, por questões consuetudinárias, ou seja, para além dos imperativos dos processos modernos capitalizados, se mantendo com base nas tradições que o agricultor leva consigo, mesmo quando adaptado à dinâmica atual. Ainda nesse contexto, coloca Lamarche (1993) “[...] cada decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos novos projetos que ocorrerão no porvir.”

A relevância do impacto econômico gerado pela agricultura familiar, como destacado por Abramovay (1999) para além do âmbito de produtividade, a agricultura familiar gera impacto no âmbito social. Fazendo-se, por sua vez, necessário e relevante enfatizá-la como uma ferramenta de desenvolvimento regional.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Souza (2006), políticas públicas são ações conjuntas e posicionamentos utilizados pelos órgãos públicos, direta ou indiretamente, com a finalidade de resolução de conflitos, vislumbrando o impacto positivo e efetivo no seio social.

Destarte, dentre as tantas definições possíveis para políticas públicas, podemos elencar elementos que são mais frequentes entre elas. Quais sejam, os aspectos estruturais, que tratando processualmente se apresentam no apontamento do problema, no estabelecimento de objetivos, atuação, jornada interventiva e a implementação por fim. Bem como, a relevância do processo decisório, do processo político, do estado e dos desdobramentos advindos das interações dos autores formais ou não, do sistema político.

Segundo Rua (1997) a Análise das Políticas Públicas, trata da interpretação das ações do Estado, suas causas e conseqüências, e por sua vez relacionar a base de planejamento com o âmbito político. Salientando ainda o apontamento de Ham e Hill (1985) apud Rua (1997), o qual visa produzir arcabouço epistemológico acerca do processo de elaboração política, envolvendo as fases de formulação, implementação e avaliação.

A avaliação sistêmica, contínua e eficaz, na visão de Costa e Castanhar (2003) é necessária e basilar para o alcance de resultados efetivos, vivenciando por consequência, um melhor aproveitamento e gerenciamento dos recursos aplicados na política. Sendo dessa forma, fundamental para o desempenho da política pública e sua efetividade.

Vemos ainda que, segundo Rua (1997) as políticas públicas, recebem sua dimensão pública não pelo volume que agrega no âmbito social aplicado, mas por seu caráter "imperativo". Ou seja, tem como característica basilar, serem decisões e ações que emanam do poder público.

3.4 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

Segundo FNDE (2017) o PNAE visa a garantia da alimentação escolar dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e

educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas, por meio de chamada pública, de forma transparente, definindo os gêneros demandados.

O objetivo do PNAE consiste em:

“(…) contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo” (BRASIL, 2009, p.01)

Segundo FNDE (2017) com a vigência da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, passou a ser direcionado à compra direta de produtos da agricultura familiar, aguilhoando por sua vez, o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Quanto aos repasses, segundo FNDE (2017):

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. (FNDE,2017)

No que tange as impressões sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), segundo Freire (2010) o programa trata-se de um exemplo positivo, no que se refere a iniciativa Governamental. Uma vez que figura-se como a política mais bem avaliada pelos agricultores familiares no Brasil. E que, apesar dos impactos positivos e avanços, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) , não se isenta de posições com vistas a adequações que caminhem para a maior efetividade possível.

Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), figura-se amplamente como uma das políticas públicas de maior impacto efetivo no desenvolvimento econômico e social, no que se refere a produção rural, e, sobretudo do pequeno agricultor. Uma vez que, trazendo em sua origem a vinculação legal ligada à demanda de produção da agricultura familiar, o programa gera impactos para além das análises econômicas, gerando fatores de empoderamento e cidadania incomensuráveis.

4 O MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX

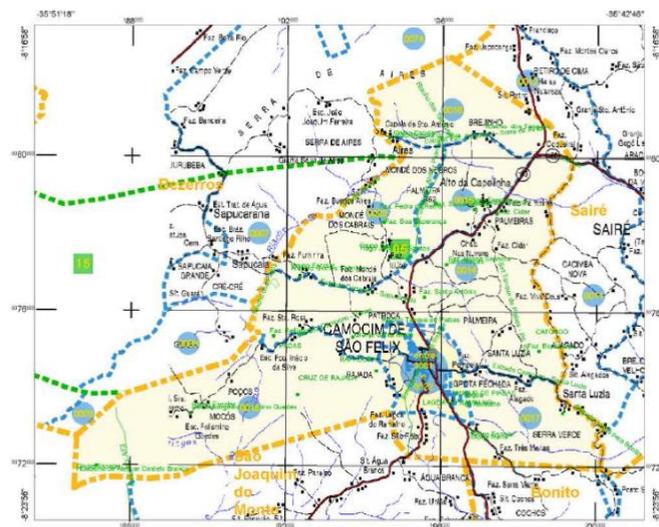
O município de Camocim de São Félix está localizado na mesorregião Agreste e na Microrregião Brejo do Estado de Pernambuco, limitando-se a norte com Sairé, a sul com Bonito e São Joaquim do Monte, a leste com Sairé, e a oeste com Bezerros. A área municipal ocupa 50,6 km² e representa 0.05 % do Estado de Pernambuco.

A sede do município encontra-se a uma altitude aproximada de 691 metros, distando 113,7 km da capital, com acesso viável pela BR-232, e PE-103.



CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - PE
2603504

Mapa Municipal Estatístico



Convenções Cartográficas

Elementos Planimétricos

Edificações

Ígnea, Escava, Mina

Molho de vento, Molho de água

Campo de energia, Farol

Localidades

Letra barrileteada de energia, Cerca

Letra regular

Rodovias

rodoviária

sem pavimentação

sem pavimentação

sem pavimentação

bitão, cimento e picada

prato de estrada, rodovia, rodovia

Ferrovias

via simples

via dupla ou múltipla

bitão largo

bitão estreito

Elementos Altimétricos

Ponto hipsométrico, Subestiva de nível

Ponto astronômico, Ponto barométrico

Cota contornada

Superfície deformada, Área

Elementos de Hidrografia

Canal água corrente

Lago ou lagoa permanente

Terreno aquoso e inundável, Salina

Saia ou pedreira

Pisga (igreja), Nascente

Alagado e calçadão grande

Rijado e calçadão

Rio de águas vivas e decorado

Molho e represa, Lençol e alvenaria

Ancoradouro, Rio seco ou de alívio

Bacia hidrográfica

Atualização Cartográfica

COR MAGENTA - Lançamento por GPS e uso Imagem de Satélite

COR VERDE - Lançamento por GPS e uso Imagem de Satélite

COR AZUL - Lançamento por GPS e uso Imagem de Satélite

Convenções Temáticas

Limites

Distrital

Sub-Distrital

Sector Censitário

Intermunicipal

Intermunicipal

Áreas especiais

Identificação

Diverso

Sub-Diverso

Sector Rural

Sector Urbano

Agglomerado Rural

Escala

1:100.000

Sistema de Coordenadas Geográficas em Latitudes/Longitudes - SPTG452020

Coordenadas Plano: Referenciais em UTM - SAD 09

Origen do quatorzeno UTM: Equador e Meridiano 33 WGR

Arredondado em centésimos de 10.000 e 500 Km respectivamente

Este produto resulta a partir de dados geográficos de forma semi-automatizada, a partir do projeto das Áreas de Mapeamento Sistemático Brasileiro produzido pelo IBGE. O usuário, em formato raster em vetor e de Mapa Municipal Digital do IBGE, com atualização proveniente de diversos fontes, sendo tratamento plano de ortorectificação e correção dos elementos cartográficos.

Cronologia

Mapa fevereiro 2010

Edição 07/05/2010

Integração gráfica e documentação técnica e atualização

instância municipal

www.municipal.ibge.gov.br

Divisão Público-administrativa

GEODORCIO	NOME
Distrito	Subdistrito
260350405	Camocim de São Félix

CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - PE

Aspectos Físicos

Mesorregião: AGRESTE PERNAMBUCANO

Microrregião: BREJO PERNAMBUCANO

Altitude da sede: Área

Coordenadas da sede

Latitude	E	MC
Longitude	N	33

Implementação

Coordenação Técnica: Coordenação de Cartografia - COCAR

Coordenação Temática: Coordenação de Tabuleiros Terrestres - CETE

Unidades Produtoras: Unidades produtoras do IBGE

Direção: Centro de Documentação e Disseminação de Informação - CDDI

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

A DIRETORIA DE GEOCÔNICOS aprova e gerencia a comunicação de dados e imagens geográficas sobre mapas, por Brasil, I.E.G.T., Praça de Luso, Rio de Janeiro, CEP 21.241-010

© IBGE - Direção de reprodução reservada

FIGURA 1: Localização do município de Camocim de São Félix – PE
Fonte: IBGE, 2010.

Destarte, a cidade de Camocim de São Félix, ao ser vislumbrada dentro do corte epistemológico presente, encontra-se naturalmente em local deveras estratégico, uma vez que situa-se no entroncamento de diversas cidades do agreste pernambucano com alta demanda no setor agrícola, e por tal posição geográfica, coloca-se como município em potencial capacidade de escoamento produtivo. Além

de, com essa faceta, ter a possibilidade contribuir para a empregabilidade de habitantes, para além de seus limites territoriais.

5 COOPERATIVAS AGRÍCOLAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

No tocante aos limites e possibilidades, no município de Camocim de São Félix, já na reflexão acerca dos limites, vemos que há um número ínfimo de cooperativas, dado que impressiona e alerta, por se tratar de uma cidade de tradição agrícola desde suas fontes originárias. Acerca dessa análise, buscamos os dados publicizados da Cooperativa ligada à Agricultura Familiar – COOPEAFA: Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, a qual vincula suas atividades em algum momento à políticas públicas de incentivo, como o PNAE.



FIGURA 2: COOPEAFA: Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar

Fonte: <https://www.facebook.com/coopeafa/photos/>

A COOPEAFA de Camocim de São Félix, teve início de suas atividades em 02 de abril de 2012, tem como atividade principal o Comércio Varejista de Hortifrutigranjeiros e como atividades secundárias a Fabricação de Conservas de Frutas; Fabricação de Conservas de Legumes e Outros Vegetais, Exceto Palmito; Fabricação de Sucos de Frutas, Hortaliças e Legumes, Exceto Concentrados; Fabricação de Especiarias, Molhos, Temperos e Condimentos; Comércio Atacadista de Frutas, Verduras, Raízes, Tubérculos, Hortaliças e Legumes Frescos e o Comércio Varejista de Produtos Alimentícios em Geral ou Especializado em Produtos

Alimentícios.⁷ Em sua formação, a pluralidade de representatividade se faz presente, com a presença de indígenas e quilombolas.

Outro dado limitador vislumbrado, nesse estudo, trata-se do alcance efetivo dos agricultores, acerca das oportunidades geradas através da participação como membro de uma cooperativa, uma vez que uma fatia considerável dos trabalhadores da agricultura familiar, não têm conhecimento amplo do acesso à políticas de incentivo, tais como o PNAE, através das cooperativas agrícolas.

Em 2022, através da Chamada Pública nº 001/2022 que tinha como objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, com verba FNDE/PNAE, a COOPEAFA: Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar em Camocim de São Félix, foi contratada através do Contrato nº 040/2022, no valor de R\$ 280.633,00, segundo dados obtidos no Portal da Transparência do Município de Camocim de São Félix.⁸

Destarte, a partir de dados como os mostrados acima, vislumbramos a vivência efetiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no que se refere às ações voltadas ao incentivo à Agricultura Familiar. Contemplando através de cooperativas, os agricultores familiares do município de Camocim de São Félix, propriamente dito. Onde, através de ganhos justos e ações de incentivo possibilitados pela política pública, os agricultores familiares agregam à economia do município, gerando desenvolvimento econômico, por consequência com a injeção de seu potencial aquisitivo. Bem como, com a conquista digna de ganhos justos para além da subsistência, gera por sua vez desenvolvimento social, através da ocupação de espaços motrizes, ingresso e retorno aos estudos e a detenção de conhecimento através dos cursos e ações proporcionadas pela cooperativa, colocando-se assim, como autores da própria história com a vivência para além das passividades alheias a detenção do conhecimento.

⁷ Controladoria Geral da União, Portal da Transparência. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/pessoa-juridica/busca/lista?termo=17.137.941%2F0001-74&pagina=1&tamanhoPagina=10&>

⁸ Controladoria Geral Do Município, Portal Da Transparência - Prefeitura Municipal De Camocim De São Félix. Disponível em: <https://transparencia.camocimdesaofelix.pe.gov.br/app/pe/camocim-de-sao-felix/1/quadro-de-avisos/450>

Ainda sobre políticas públicas presentes no município ligadas à atividade cooperativista, temos o Projeto Muda Camocim, que segundo o IPA (2015), criado em 2013, com a participação de produtores de cinco municípios (Bonito, Camocim de São Félix, Sairé, São Joaquim do Monte e Bezerros) visa à inclusão social dos agricultores, por meio da prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), afim de potencializar a qualidade dos produtos, bem como o maior ganho justo possível, por parte dos produtores. Uma vez que a iniciativa surgiu das demandas dos agricultores da Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar de Pernambuco (COOPEAFA), os quais realizavam negociações com “atravessadores” com preços abaixo dos mercados potenciais, bem como eram lesados com o atraso e inadimplência dos mesmos.⁹

Quanto aos resultados, segundo o IPA (2015):

Para se ter ideia do sucesso do projeto, em 2015, já foram fechados contratos da ordem de R\$ 3 milhões, para venda de 32 produtos - couve flor, couve, repolho, coentro, alface, cebolinha, acelga, tomate, alface, coentro, pimentão, abrobrinha, berinjela, maracujá, goiaba, laranja cravo, laranja, pepino, jerimum, banana comprida, batata doce, inhame, cará, macaxeira, entre outros. Em 2014, a comercialização somou R\$ 1,2 milhão de reais. Em 2013, esse número foi de apenas R\$ 300mil.



FIGURA 3: Projeto Muda Camocim - COOPEAFA: Cooperativa de Desenvolvimento Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
Fonte: <http://www.ipa.br/novo/noticia?n=1079#>

No que se refere ao alcance e efetividade, ainda segundo o IPA (2015), por

⁹ Instituto Agrônomo de Pernambuco, Núcleo de Comunicação do IPA (2015): Projeto Muda Camocim – Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/noticia?n=1079#>

intermédio da cooperativa, através de seus projetos, a comercialização dos produtos para programas e entidades governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), prefeituras, CONAB, SESC, CEASA, PNAE, entre outros), se tornou uma realidade. Ressaltando ainda o convênio com a Agefepe – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco, que teve junto a Cooperativda de Camocim de São Félix, o ponta pé inicial, no que se refere aos financiamentos da Agência a um projeto da agricultura familiar em Pernambuco.¹⁰

Destarte, no que tange o Desenvolvimento Sustentável, salientamos ainda o trabalho direcionado em Camocim ao plantio de repolho, acelga e couve flor, através de manobras e estratégias livres de agrotóxico. Iniciativa ainda mais relevante, por se tratar de uma região amplamente conhecida pela utilização exacerbada combativos agrícolas.

Assim, torna-se possível vislumbrar através das pesquisas e desdobramentos deste corte epistemológico, o potencial gerador contido nas vivências efetivas das cooperativas agrícolas. E, partindo desse pressuposto, ver que as cooperativas podem, por sua vez, gerar e potencializar o desenvolvimento econômico, social e sustentável de um município, tal qual Camocim de São Felix, nosso objeto de estudo.

Uma vez que, segundo Tavares (2010):

Desenvolvimento, assim a seco, não quer dizer nada. Tem que ser econômico ou econômico-social, sem os adjetivos não vai. Mas mesmo desenvolvimento econômico não quer dizer só crescimento, absolutamente. Se você não cuida da distribuição de renda, do emprego, dos recursos naturais, da autonomia do Estado em relação às potências hegemônicas, não está fazendo desenvolvimento, está fazendo o contrário.

Bem como, faz-se propósito desse corte epistemológico, ressaltar a relevância do incentivo à produção científica que trate de iniciativas emancipatórias e inclusivas, e que, dentro dos conceitos de desenvolvimento, caminhe ainda pelas trilhas do entendimento para além do econômico tecnocrata. E, por sua vez, tilhe pela atmosfera conceptiva e reflexiva de que o desenvolvimento econômico efetivo possibilita-se através, sobretudo, do desenvolvimento social, conjuntamente e complementarmente.

¹⁰ Instituto Agrônomo de Pernambuco, Núcleo de Comunicação do IPA (2015): Projeto Muda Camocim – Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/noticia?n=1079#>

6 CONCLUSÃO

Tendo em vista os argumentos apresentados, onde o presente corte epistemológico teve como propósito, demonstrar o potencial gerador contido nas vivências efetivas das cooperativas agrícolas. E, partindo desse pressuposto, ver que as cooperativas podem, por sua vez, gerar e potencializar o desenvolvimento econômico, social e sustentável de um município, tal qual Camocim de São Félix.

Destarte, no que se refere às políticas públicas, base relevante do presente estudo, a partir de dados analisados, tornou-se possível vislumbrar a vivência efetiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no que se refere às ações voltadas ao incentivo à Agricultura Familiar. Contemplando através de cooperativas, os agricultores familiares do município de Camocim de São Félix, propriamente dito. Onde, através de ganhos justos e ações de incentivo possibilitados pela política pública, os agricultores familiares agregam à economia do município, gerando desenvolvimento econômico, por consequência com a injeção de seu potencial aquisitivo. Bem como, com a conquista digna de ganhos justos para além da subsistência, gera por sua vez desenvolvimento social, através da ocupação de espaços motrizes, ingresso e retorno aos estudos e a detenção de conhecimento através dos cursos e ações proporcionadas pela cooperativa, colocando-se assim, como autores da própria história com a vivência para além das passividades alheias

Bem como, este trabalho busca ressaltar a relevância do incentivo à produção científica que trate de iniciativas emancipatórias e inclusivas, e que, dentro dos conceitos de desenvolvimento, caminhe ainda pelas trilhas do entendimento para além do econômico tecnocrata. E, que, por sua vez, trilhe pela atmosfera conceptiva e reflexiva de que o desenvolvimento econômico efetivo possibilita-se através, sobretudo, do desenvolvimento social, conjuntamente e complementarmente.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA, 1., 1995, Petrolina, PE. Anais... Petrolina, PE: EMBRAPACPATSA, 1997. p. 17-27. Disponível em: <https://issuu.com/ricardoabramovay/docs/de_volta_para_o_futuro> Acesso em 02 de agosto de 2021.
- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C.. Cooperativismo e Agricultura familiar: Um Estudo de Caso. Revista de Administração IMED, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p.194-208, dez. 2013. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/374/367>>. Acesso em 02 de agosto de 2021.
- BRASIL, Felipe Gonçalves e CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. Revista Política Hoje - Volume 25, n. 1 (2016) - p. 71-90. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/download/3710/3012>>. Acesso em: 18 de julho de 2021.
- BRASIL. Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de Julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimentacaoescolar/RES38_FNDE.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2021.
- CASTRO, C. N. A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Texto para Discussão, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5592/1/BRU_n08_agricultura.pdf> Acesso em: 10 jul. 2021.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, Portal da Transparência. Disponível em: <<https://www.portaltransparencia.gov.br/pessoajuridica/busca/lista?termo=17.137.941%2F0001-74&pagina=1&tamanhoPagina=10&>> Acesso em: 23 de dezembro de 2021.
- CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, Portal Da Transparência - Prefeitura Municipal De Camocim De São Félix. Disponível em: <<https://transparencia.camocimdesaofelix.pe.gov.br/app/pe/camocim-de-sao-felix/1/quadro-de-avisos/450>> Acesso em 17 de março de 2022.
- COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, João Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. 2003. In: RAP, Rio de Janeiro 37 (5): 969-92, Set./Out. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228544102_Avaliacao_de_programas_publicos_Desafios_conceituais_e_metodologicos> Acesso em: 18 de julho de 2021.
- DINARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e

desafios para o desenvolvimento rural sustentável. 2001. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/18379037-A-rtigo-agricultura-familiar-e-politicas-publicas-alguns-dilemas-e-desafios-para-o-desenvolvimento-rural-sustentavel-denardi-reni-antonio>>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

DOME Expertise Tributária. (2020). Cooperativas de produção agropecuária, você está atento às particularidades e benefícios desse negócio?, 29 de julho 2020. Disponível em: <<https://vempradome.com.br/blog/sistema-cooperativista-agropecuario/>>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. 2017. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>>. Acesso em 29 de agosto de 2021.

FREIRE, Nílceia. Ações governamentais para os direitos das mulheres. In: Direitos humanos como direitos de todos, sem exceção. Matilde Ribeiro(organizadora). São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO, Núcleo de Comunicação do IPA (2015): Projeto Muda Camocim – Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/noticia?n=1079#>>. Acesso em 23 de dezembro de 2021.

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. de O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 25, n. 2, p. 489–509, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8647593>. Acesso em: 28 de agosto 2021.

LAMARCHE, H. (Coord.). Agricultura familiar: comparação internacional. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1-2. (Coleção Repertórios). Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/238/23801212.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2021.

MORAES, Jorge Luiz Amaral e SCHWAB, Me. Patricia Ines. (2019). O Papel do Cooperativismo no Fortalecimento da Agricultura Familiar, Revista do CEPE. Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/download/13679/8264>>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

RAMOS, Érica Basílio Tavares e FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vireira - COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE MENOR PORTE NO BRASIL Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/210923_td_2693.pdf. Acesso em 27 de dezembro de 2021.

ROSA, C. I. L. F.; SILVA, O. H. Sucessão familiar e cooperativismo: o caso da cooperativa Cooperval. Nupem, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p.177-187, jan./jul. 2010. Disponível em:

<<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/viewFile/129/104>>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

RUA, MARIA DAS GRAÇAS. (1997). Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. Textos elaborados para o Curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília: ENAP/Ministério do Planejamento. Disponível em: <<https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicaspublicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>> Acesso em: 18 de julho de 2021.

SISTEMA OCB. História do Cooperativismo. 2021. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>> Acesso em: 29 de agosto de 2021.

SOUSA FILHO, H. M. de; BONFIM, R. M. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. In: CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013. p.71-100. Disponível em: https://www.cgEE.org.br/documents/10195/734063/Livro_Pequena_produ_rural_9525.pdf/c6deb8b4-9523-47a0-ac11-c0eed33b2f99?version=1.2. Acesso em: 23/12/2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 10 de julho de 2021.

TAVARES, Maria da Conceição - Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares/Organizadores: João Sicsú, Douglas Portari. – Pág. 16. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. Conceituação de Agricultura Familiar – uma revisão bibliográfica. 2005. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_tecnologias/teses/TESESONIATINOCO.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2021.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C.(Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3. Ed. Passo Fundo: UPF, 2001.p. 21-55. Disponível em:<<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>> . Acesso em: 18 de julho de 2021.